

DOCENTE DA UNESP

Você sabe quanto já perdeu de seu salário? O quanto estão devendo para você desde maio de 2015?

Vamos tocar num assunto delicado, que diz respeito ao exercício da nossa vida profissional: a relação entre o financiamento das universidades e os nossos salários. Neste boletim, não consideraremos as chamadas perdas históricas acumuladas desde 1989, quando foi decretada a nossa autonomia, nem mesmo aquelas referentes ao novo milênio, desde 2000. Estamos considerando tão somente o último triênio.

Você se lembra quando foi seu último reajuste? Parece incrível, mas você já trabalhou 26 meses (maio/2015 a junho/2017) sem nenhuma reposição salarial. No salário de outubro de 2015, recebemos parte da inflação do ano anterior (3,09%), sem que isto fosse retroativo a maio de 2015. Portanto, nem a inflação foi reposta! Desde então, o seu, o nosso salário, vem diminuindo dia a dia.

Os governadores tucanos, desde Mário Covas, passando por José Serra e, principalmente, Geraldo Alckmin, com o apoio imprescindível dos reitores e da Assembleia Legislativa, têm realizado um verdadeiro sequestro dos nossos salários, bancando um crescimento e uma expansão da nossa universi-



dade sem alterar o percentual de repasse da quota-parte do estado, sem o aporte de recursos perenes para as contratações necessárias, para permanência estudantil, infraestrutura e custeio adequados. Este procedimento acaba por estabelecer uma acentuada precarização institucional das condições de trabalho dos servidores técnico-administrativos e docentes e da situação dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

R\$ 11.820,92

Este seria o salário de um professor assistente doutor RDIDP, início de carreira, se tivesse sido corrigido pela inflação desde maio/2015. E não os R\$ 10.360,07 atuais.

Traduzindo, a política educacional do PSDB, desde o governo Covas até o governo Alckmin, tem sido a seguinte: Você (professor, funcionário e estudante) banca parte do custeio das universidades públicas paulistas, em

detrimento da qualidade da sua vida e de sua família. O não pagamento justo da sua remuneração (arrocho salarial) tem sido o mecanismo historicamente utilizado pelo governo estadual e pelos nossos gestores como forma de garantir o funcionamento da Unesp, da Unicamp e da USP, sem aumentar o investimento do estado nestas instituições. Essa política é o principal elemento que dá sustentabilidade à subserviência dos reitores ao governador.

Você sabe com quanto já “contribuiu” compulsoriamente nos últimos 26 meses,

para manter esse modelo do governo Alckmin de financiar as universidades públicas paulistas com o que deixou de receber de seu salário? Preste atenção nas contas.

O salário de um professor assistente doutor, em RDIDP, início de carreira, em abril de 2015 era de R\$ 9.663,03. Se pelo menos a inflação fosse reajustada pelo ICV-Dieese, desde então, restabelecendo seu poder aquisitivo, você deveria estar recebendo um salário de R\$ 11.820,92. Porém, veja o que aconteceu nestes últimos três anos com o seu salário e como o Cruesp quebrou a isonomia salarial.

No **Quadro 1**, estão os dados inflacionários de maio a abril, que são usa-



QUADRO 1

Ano	Inflação ICV-Dieese (%)	Salários reajustados pelo ICV- Dieese (R\$)	Reajuste concedido pelo Cruesp	Salário com reajuste Cruesp (R\$)		Perdas salariais em relação ao ICV- Dieese (R\$)	
				Unesp	USP Unicamp	Perda mensal Unesp	Perda mensal USP/Unicamp
2014-2015	8,36	10.470,86	4% maio	10.049,62 ¹	10.049,62	421,24	421,24
			3,09% out	10.360,07	10.360,07	110,79	110,79
2015-2016	9,34	11.448,83	0% Unesp 3% USP e Unicamp	10.360,07	10.670,87	1088,76	777,96
2016-2017	3,25	11.820,92	0%	10.360,07	10.670,87	1.460,85	1.150,05

¹ Em abril de 2015, o salário base de Professor Assistente Doutor era de R\$ 9.663,03. Reajustado em 4%, o novo valor seria R\$ 10.049,55 e não os R\$ 10.049,62 que constam em nossos holerites. Do mesmo modo, em outubro/2015 houve um reajuste de 3,09% sobre R\$ 10.049,62, o que resulta R\$ 10.360,15, e não os R\$ 10.360,07 que constam em nossos holerites.

Assim, existem pequenas diferenças na casa dos centavos em alguns dados deste quadro.

dos pelo Fórum das Seis para solicitar a reposição das perdas em cada data-base (2ª coluna); o valor dos salários se fossem reajustados pelo ICV/Dieese (3ª coluna); o percentual imposto pelo Cruesp nos últimos anos (4ª coluna); o salário dos professores da Unesp e USP/Unicamp com reajuste Cruesp (5ª coluna); e a diferença entre o reajuste concedido pelo Cruesp e o reivindicado pelo Fórum (6ª coluna).

Fica evidente a quebra da isonomia entre as três universidades. Mais do que isso, estamos recebendo hoje um salário na Unesp com perda mensal de **R\$ 1.460,85**; e na USP e Unicamp com perda de **R\$ 1.150,05**. Resumindo o que está acontecendo: o governo paulista não investiu nas universidades de maneira consistente, séria e responsável, e parte do seu salário tem sido usada para o custeio destas instituições. Este valor faz alguma diferença no mês para você?

Com certeza, para toda a comu-

nidade acadêmica essa política de governo é destrutiva em termos sociais, científicos e, mais diretamente, para as condições de trabalho de todos os servidores docentes em RDIDP, RTP e RTC. Esta depreciação salarial pesa no seu dia a dia. Vamos fazer a somatória do que foi sequestrado do seu salário, ou com quanto você está “contribuindo” com o financiamento das universidades devido à aplicação das diretrizes políticas do governo Alckmin, executada pelos reitores.

A conta é simples. No **Quadro 2**, confira a diferença entre o reajuste dado pelo Cruesp e o devido, considerando as perdas inflacionárias, por mês, e sua somatória até junho de 2017.

O tamanho da nossa perda

Na última reunião do Fórum das

R\$ 1.460,85

Este é o valor que um professor assistente doutor RDIDP, início de carreira, deixa de receber mensalmente na Unesp, a partir de maio/17. Na USP e na Unicamp, esse valor é de R\$ 1.150,05.

Seis, foi decidido montar um **SALARIÔMETRO!** Semelhante ao IMPOSTÔMETRO, faremos um acompanhamento mês a mês do quanto estamos deixando de receber em nosso salário devido às

perdas inflacionárias.

Se somarmos nossas perdas de maio/2015 a junho/de 2017, cada docente deixou de receber: **R\$ 20.378,55** na Unesp e **R\$ 15.716,55** na USP e Unicamp. O que você faria com esses valores? Com certeza, muitos não estariam fazendo empréstimos consignados e pagando juros altíssimos aos bancos e, ainda assim, lutando com sérias dificuldades para manter o padrão de vida da família.

Segundo dados da CCD (Comissão de Contratação Docente), a Unesp tem hoje 3.258 docentes em RDIDP, RTC e RTP. Em



QUADRO 2

Diferença	Perda mensal		Período	Somatória	
Maio a outubro de 2015	R\$ 421,24		6 meses	R\$ 2.527,44	
Novembro/2015 a abril/2016 + 13º Salário de 2015	R\$ 110,79		7 meses	R\$ 775,53	
Maio/2016 a abril/2017 + 13º Salário de 2016	Unesp	USP Unicamp	13 meses	Unesp	USP Unicamp
	R\$ 1088,76	R\$ 777,96		R\$ 14.153,88	R\$10.113,48
Maio/2017 e junho/2017	R\$ 1.460,85	R\$ 1.150,05	2 meses	R\$ 2.921,70	R\$ 2.300,10
			TOTAL	R\$ 20.378,55	R\$ 15.716,55

2015, tínhamos 3.684¹ e, em 2016, 3.631². Mesmo considerando que os reajustes incidem sobre os vencimentos brutos e que o salário de muitos docentes está acima deste valor, e poucos abaixo dele, usaremos como referência para o que segue o salário base de um professor assistente doutor. Para simplificar o cálculo que faremos, utilizaremos o número de docentes em junho de 2017, que, como vimos, é menor do que nos anos anteriores.

Assim, se multiplicarmos por 3.258 docentes o que cada um deixou de receber (perda de R\$ 20.378,55), considerando apenas o salário base de um docente em RDIDP, chegamos a um total de **R\$ 66,39 milhões** em valores nominais. Essa é uma estimativa subdimensionada do montante de recursos que teria sido sequestrado dos

nossos salários pela reitoria pelos motivos já expostos, e também porque aposentados e pensionistas não foram incluídos nestes cálculos. Se somarmos a isso a “contribuição” resultante do que não foi pago aos servidores técnico-administrativos, o montante será muito maior.

Conforme acabamos de demonstrar, ao negar um reajuste salarial que recomponha apenas a inflação do ano anterior – o que significaria manter

nosso poder de compra – o governo do estado de São Paulo, com a inesgotável leniência dos reitores da Unesp, da USP e da Unicamp, tem subtraído recursos consideráveis da massa salarial dos servidores técnico-administrativos e docentes, que evidentemente têm sido utilizados para financiar o custeio dessas universidades.

R\$ 20.378,55

Este o montante que um professor assistente doutor RDIDP, início de carreira, deixou de receber de maio/2015 a junho/2017. Na USP e na Unicamp, o valor é de R\$ 15.716,55.

Impactos graves

Essa política deliberada de arrocho salarial tem implicações muito importantes na sua, na nossa vida cotidiana. Com ela, estamos submetidos a um processo contínuo e perverso de empobrecimento e proletarização. Mas não é só isso, como se isso já não fosse muito. A crise de financiamento das universidades públicas paulistas e também do Centro Paula Souza (que mantém as escolas técnicas/ETECs e as faculdades de tecnologia/FATECs), tem consequências ainda mais graves, para além da deterioração progressiva das nossas condições de trabalho.

A nova lei de terceirização, que passa a abranger todas as atividades de qualquer empresa (inclusive as públicas), de iniciativa do governo federal, já foi aprovada. Tramita, também, no Senado,



o projeto de lei nº 116/2017, de autoria da senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), que “regulamenta o art. 41, § 1º, III, da Constituição Federal, para dispor sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável”³, em todos os órgãos da administração pública. Mesmo sem mencionar a tragédia que representa a eventual aprovação da reforma da Previdência, essas duas leis constroem um cenário de incerteza quanto ao futuro dos nossos empregos. Cada um de nós poderia vir a ser considerado com “desempenho insuficiente”, demitido e substituído por um docente terceirizado. Restaria a opção de procurar emprego numa empresa que terceiriza docentes para as universidades públicas para, eventualmente, exercer as atividades de um outro colega demitido nas mesmas condições.

Considerando o panorama nacional, replicado nos estados e, especialmente, no estado de São Paulo, composto por um conjunto de leis já aprovadas (PEC 55, reforma trabalhista) e/ou em tramitação – incluindo a LDO 2017, recentemente aprovada pela Assembleia Legislativa do estado de São Paulo – juntamente com os decretos dos poderes executivos que contingenciam recursos para as universidades e outros órgãos públicos, fica evidente a existência de uma política deliberada de destruição do serviço público brasileiro. Nesse pacote estão a Unesp, a USP e a Unicamp, que constituem um imenso patrimônio do povo paulista e brasileiro, mas cujo modo de funcionamento atual, diante dos projetos políticos explicitados

acima, não representam mais do que um gasto desnecessário com a produção de conhecimento que pode ser comprado pronto dos países do primeiro mundo, de um pensamento crítico desconfortável e inconveniente para os objetivos “nacionais” e, principalmente, com a formação de gerações de jovens com habilidades maiores do que o desejável para as classes sociais que chegam às universidades por meio das políticas de cotas étnicas e/ou socioeconômicas e para um país subalterno e subdesenvolvido. Nesse projeto político, as universidades sobreviveriam desde que deixassem de ser o que são, e passassem a exercer o papel que lhes cabe nesta perspectiva política, ou seja, a formação de mão de obra qualificada apenas o suficiente para possibilitar o consumo da produção dos países mais desenvolvidos e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do nosso subdesenvolvimento.

Somente entendendo este contexto e com organização e luta poderemos reverter este quadro. À luta, companheiros! Não vamos aceitar que o financiamento das nossas universidades seja feito às custas dos nossos salários, das nossas condições de trabalho e dignidade de vida, o que acaba contribuindo para destruir, de maneiras diretas e indiretas, a universidade que construímos e mantemos com nosso trabalho e dedicação.

Em breve, em edição especial do **Jornal do Fórum das Seis**, você lerá mais sobre a crise de financiamento que assola nossas universidades e as iniciativas para superá-la.

¹ Anuário Estatístico da Unesp 2016, pag. 214.

² Quadro comparativo fornecido pelo Cruesp.

³ <http://www6g.senado.gov.br/busca/?q=Projeto+de+Lei+n%C2%BA+116%2F2017>



A **ADUNESP SEÇÃO SINDICAL** passou por alguns problemas técnicos e tivemos que criar uma nova página de Facebook

Acesse o **LINK** abaixo, aperte **CURTIR** e continue acompanhando as notícias da Adunesp diariamente

<https://www.facebook.com/Adunesp-Se%C3%A7%C3%A3o-Sindical-336405620106933>



Resumo dos prejuízos



R\$ 11.820,92

Este seria o salário de um professor assistente doutor RDIDP, início de carreira, se tivesse sido corrigido pela inflação desde maio/2015. E não os R\$ 10.360,07 atuais.

R\$ 1.460,85

Este é o valor que um professor assistente doutor RDIDP, início de carreira, deixa de receber mensalmente na Unesp, a partir de maio/2017. Na USP e na Unicamp, o valor é de R\$ 1.150,05.

R\$ 20.378,55

Este o montante que um professor assistente doutor RDIDP, início de carreira, deixou de receber (de maio/2015 a junho/2017) Na USP e na Unicamp, o valor é de 15.716,55.

Jornal da Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp S. Sindical)

Praça da Sé, 108, 2º andar, São Paulo. Fone (11) 3242-0125.

Home page: www.adunesp.org.br

E-mail: adunesp@adunesp.org.br

Jorn. resp.: Bahiji Haje (MTb 19.458)

Revisão: Beatriz Baptista

Tiragem desta edição: 3.000 exemplares